

Direitos Gerais do Doente Oncológico



Índice

04 Prefácio

06 Direitos Gerais do Doente Oncológico

08 Serviço Nacional de Saúde

- Taxas moderadoras
- Comparticipação de medicamentos
- Comparticipação das despesas com próteses
- Despesas de deslocação

16 Segurança Social

- Protecção na doença
- Protecção especial na invalidez
- Protecção a crianças e jovens adolescentes

26 Benefícios Fiscais

- IRS - Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
- IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado
- Imposto sobre veículos
- Imposto único de circulação

32 Outros Benefícios

- Crédito Habitação
- Arrendamento
- Medidas de estímulo ao emprego

37 Nota Final

38 Notas

Prefácio

No dia 4 de Abril de 2011 a LPCC comemorou, em Sessão Solene, o seu 70º Aniversário. As comemorações tiveram início em Janeiro do corrente ano e terminarão no mês de Dezembro. Durante este período de tempo têm decorrido eventos por todo o país cujos objectivos são: divulgar a imagem da Liga e o seu papel de instituição de solidariedade social; divulgar mensagens na vertente da educação para a saúde e da prevenção do cancro; divulgar o apoio à investigação e à formação profissional na área da oncologia; estimular a criação de parcerias com diversas entidades; e aumentar a angariação de fundos para a luta contra o cancro.

Um dos eventos nacionais é o “I Congresso Nacional – Prevenção Oncológica/Direitos dos Doentes”, organizado pelo Núcleo do Norte da LPCC, no Porto nos dias 7 e 8 de Outubro.

Desde a sua fundação que a solidariedade social para com o doente oncológico e sua Família tem sido a principal orientação estratégica da LPCC, atuando de forma discreta mas eficaz. Assim, a parceria entre a LPCC e a AstraZeneca veio permitir dar à estampa esta publicação, que procura ajudar os doentes numa fase difícil das suas vidas. A compilação de diversa legislação dispersa é uma mais-valia e uma forma de solidariedade para aqueles para quem a LPCC foi fundada, há 70 anos.

Os direitos dos doentes com cancro, quer na fase ativa, quer no período de sobrevivência, são uma preocupação nossa. Embora a legislação seja muita e diversificada, nem sempre é eficaz a sua aplicação, muitas vezes por desconhecimento dos doentes e profissionais de saúde.

Por outro lado, situações relacionadas com seguros, empréstimos bancários, garantias no emprego e outras, particularmente vividas pelos sobreviventes (“vencedores”) de um cancro serão nos próximos anos uma preocupação acrescida da nossa instituição e procuraremos influenciar o poder político para o encontro de algumas soluções não discriminatórias dos sobreviventes. Hoje, graças ao rastreio, ao diagnóstico precoce e aos novos tratamentos de muitos tumores, assiste-se a um número crescente de sobreviventes, capazes de uma vida normal e integrada na sociedade.

É aos doentes, aos sobreviventes, às famílias e aos profissionais de saúde que se dedica esta obra, como contributo de uma LPCC cada vez mais ativa e interveniente

Carlos Freire de Oliveira
Presidente da Liga Portuguesa Contra o Cancro



DIREITOS GERAIS DO DOENTE ONCOLÓGICO

De acordo com o regime geral estabelecido, pessoa com deficiência é *“aquela que, por motivo de perda ou anomalia, congénita ou adquirida, de funções ou de estruturas do corpo, incluindo as funções psicológicas, apresente dificuldades específicas susceptíveis de, em conjugação com os factores do meio, lhe limitar ou dificultar a actividade e a participação em condições de igualdade com as demais pessoas.”*

A avaliação das incapacidades de pessoas com deficiência compete a Juntas Médicas, sendo que os requerimentos de avaliação das incapacidades devem ser dirigidos ao Adjunto do Delegado Regional de Saúde e entregues ao Delegado de

Saúde da residência habitual do interessado, devendo ser acompanhados de relatório médico e dos meios complementares de diagnóstico.

Para que o doente possa usufruir de qualquer um dos seguintes direitos/benefícios, deverá, numa primeira fase, ser portador de um **Atestado Médico de Incapacidade Multiuso**, a emitir pelo presidente da referida junta médica, do qual deverá constar o fim a que o mesmo se destina e respectivos efeitos e condições legais, bem como a natureza das deficiências e os condicionalismos relevantes para a concessão do benefício. Este é o único documento que faz prova legal de que é doente oncológico e para obter os seguintes direitos/benefícios

deverá ser decretada uma percentagem de incapacidade igual ou superior a 60%.

O grau de incapacidade fixado pode ser sindicado, em caso de discordância, do mesmo modo que pode ser objecto de reavaliação.

Suporte legal:

- Bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência: Lei n.º 38/2004, de 18 de Agosto
- Avaliação das incapacidades pessoas com deficiência para efeitos da sua reabilitação e integração: Decreto-Lei n.º 202/96, de 23 de Outubro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 291/2009, de 12 de Outubro
- Sistema de Verificação de Incapacidades: Decreto-Lei n.º 360/97

- de 17 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 165/99, de 13 de Maio, e pelo Decreto-Lei n.º 377/2007, de 9 de Novembro.
- Tabela Nacional de Incapacidades por Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais: Decreto-Lei n.º 352/2007, de 23 de Outubro
- Novo Modelo de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso: Despacho n.º 26432/2009, de 20 de Novembro

SERVIÇO NACIONAL DE SAÚDE



Taxas Moderadoras

Os doentes do foro oncológico, entre outros, estão isentos do pagamento das taxas moderadoras. O utente tem direito à isenção do pagamento de consultas, exames e tratamentos no hospital onde está a ser acompanhado, bem como na utilização do serviço de urgência dos hospitais e dos centros de saúde.

Para beneficiar desta isenção, devem requerer a emissão de um novo cartão de utente do Serviço Nacional de Saúde que contenha a letra “T”, fazendo prova da incapacidade. O novo

cartão pode ser solicitado no Centro de Saúde (o cartão de utente é emitido, a pedido do beneficiário, qualquer que seja o seu subsistema).

Suporte legal:

- Regime das taxas moderadoras: Decreto-Lei n.º 173/2003, de 1 de Agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 201/2007 de 24 de Maio, do Decreto-Lei n.º 79/2008, de 8 de Maio, e do Decreto-Lei n.º 38/2010 de 20 de Abril

Comparticipação de medicamentos

Os doentes com incapacidade igual ou superior a 60% e que façam medicação do foro oncológico, que não seja fornecida pelo hospital, devem deslocar-se

“a participação do Estado no preço de venda dos medicamentos depende do respectivo Escalão”

ao Centro de Saúde da sua área de residência e pedir a listagem dos medicamentos comparticipados. Se a medicação do

doente estiver incluída nessa listagem, deverá pedir a alteração da letra do cartão de utente para a letra “R”.

Sem prejuízo de participações especiais aplicáveis à dispensa de medicamentos em farmácias hospitalares e em farmácias de oficina, em geral – e por maioria de razão aplicável aos fármacos usados por doentes com cancro – a comparticipação do Estado no preço de venda dos medicamentos depende do respectivo Escalão – a fixar em Portaria do Ministério da Saúde – nos termos seguintes:

Escalaão A	Comparticipação do Estado em 90% do PVP
Escalaão B	Comparticipação do Estado em 69% do PVP
Escalaão C	Comparticipação do Estado em 37% do PVP
Escalaão D	Comparticipação do Estado em 15% do PVP

Tratamento de patologia do foro oncológico

Em particular, os medicamentos analgésicos estupefacientes – nomeadamente os opióides – indispensáveis ao tratamento da dor oncológica moderada a forte, e como tal devidamente classificados, são comparticipados pelo Escalão A, a 90%.

Pensionistas (em geral)

Por outro lado, para os pensionistas cujo rendimento total anual não exceda 14 vezes a retribuição mínima mensal garantida no ano civil anterior ou, caso ultrapasse o referido montante, 14 vezes o valor do indexante

dos apoios sociais em vigor, a comparticipação do Estado no preço dos medicamentos integridados no Escalão A é acrescida de 5% e nos Escalões B, C e D é acrescida de 15%. Os pensionistas podem requerer a emissão de um novo cartão de utente que contenha a letra “R”.

Suporte legal:

- Regime geral de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos: Decreto-Lei n.º 48-A/2010, de 13 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 106-A/2010, de 1 de Outubro
- Comparticipação no preço de medicamentos opióides, tratamento da dor oncológica: Despacho n.º 10279/2008 de 11 de Março, com as alterações (relativas à lista de medicamentos incluída) do Despacho n.º 22186/2008 de 19 de Agosto, Despacho n.º 30995/2008 de 21 de Novembro, Despacho n.º 3285/2009 de 19 de Janeiro, Despacho n.º 6229/2009 de 17 de Fevereiro, Despacho n.º 12221/2009 de 14 de Maio, 5725/2010 de 18 de Março, Despacho n.º 12457/2010, de 22 de Julho e Despacho n.º 5824/2011.
- Comparticipação do Estado nos medicamentos – Pensionistas: Portaria n.º 91/2006, de 27 de Janeiro (regime aplicável aos beneficiários da ADSE, por força Portaria n.º 728/2006, de 24 de Julho)



Comparticipação das despesas com próteses

Dependendo do grau de incapacidade respectivo, os doentes oncológicos que necessitem de cadeiras de rodas, cadeleiras ou outros meios de compensação deverão solicitar ao seu médico assistente a prescrição do mesmo, mediante o preenchimento da ficha de atribuição de Ajudas Técnicas, para que possa ser atribuído por uma entidade financiadora.

Para mais informações, contacte os Serviços de Acção Social do Instituto de Segurança Social, IP e/ou o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, bem como o seu Centro de Saúde e Hospital.

Suporte legal:

- Despacho Conjunto n.º 479/2005, publicado em Diário da República II Série n.º 133, de 13-07-2005;
- Despacho n.º 19.921/2005, publicado em Diário da República II Série n.º 179, de 16-09-2005





Despesas de deslocação

O doente oncológico tem o direito à comparticipação das despesas de deslocação para assistência médica e tratamentos. O médico que prescreve os tratamentos é a entidade competente que prescreve uma credencial com a necessidade de transporte. Esse documento deve ser entregue no serviço administrativo do hospital. Existem entidades hospitalares que têm protocolos com empresas que disponibilizam transporte próprio. Deve informar-se junto do Hospital onde é acompanhado se tal é possível.

Os procedimentos relativos à comparticipação de despesas de transporte são da responsabilidade das Administrações

Regionais de Saúde (ARS), podendo variar conforme a área de residência do doente. Neste sentido, para obter esclarecimentos adicionais, deve contactar a ARS correspondente.

Suporte legal:

- Regime Geral de Reembolsos: Circular n.º 152/76
- Regulamento Geral de Acesso ao Transporte não Urgente no Âmbito do Serviço Nacional de Saúde: Despacho n.º 7861/2011, de 17 de Março

As despesas necessárias de deslocação para assistência médica e tratamentos podem ser reembolsadas:

Pelo SNS:
quando o utente não é beneficiário de qualquer sistema ou subsistema de saúde (*)

Pelo subsistema de saúde:
de acordo com as respectivas condições

Pela ADSE:
para os funcionários públicos que sejam beneficiários

(*) O pedido de reembolso deve ser formulado junto do Centro de Saúde, acompanhado de documento comprovativo da despesa realizada, num prazo de 180 dias, a partir do dia em que fez o pagamento, acompanhado de credencial passada pelo médico de família do Centro de Saúde.



Protecção na doença e incapacidade profissional

O subsídio por doença destina-se a compensar a perda de remuneração em consequência de incapacidade temporária para o trabalho. A incapacidade por doença é comprovada pelos serviços de saúde competentes do Serviço Nacional de Saúde através do Certificado de Incapacidade Temporária. Este certificado deve ser enviado pelo doente ao Serviço de Segurança Social do respectivo distrito.

Durante o período de incapacidade:

- A recepção do subsídio de doença não é acumulável com a recepção de outras prestações compensatórias da perda de remuneração de trabalho (excepto com o RSI - rendimento social de inserção ou com indemnizações ou pensões em casos de doença profissional ou de acidente de trabalho);
- A efectiva incapacidade temporária para o trabalho poderá ser objecto de confirmação oficiosa ou por iniciativa do empregador;
- Os beneficiários têm o dever

de comparecer aos exames médicos para os quais forem convocados e, regra geral, não podem ausentar-se do seu domicílio durante o período de incapacidade fixado no Certificado de Incapacidade Temporária.

O período máximo de concessão do subsídio de doença pode ir de 1095 dias a 365 dias, consoante se trate, respectivamente, de trabalhadores por conta de outrem ou de trabalhadores independentes. Especificamente para pessoas

Suporte legal:

- Regime Jurídico da Protecção Social na Doença: Decreto-Lei 28/2004, de 4 de Fevereiro, com as alterações dos Decretos-Lei n.º 146/2005, de 26 de Agosto e 302/2009, de 22 de Outubro, e da Lei n.º 28/2011, de 16 de Junho;
- Regulamento de procedimentos de aplicação do Regime Jurídico da Protecção Social na Doença: Portaria 337/2004, de 31 de Março

Protecção especial na invalidez



com determinadas doenças – entre as quais doenças de foro oncológico – foi estabelecido um regime especial de protecção na invalidez, visando a possível atribuição das seguintes prestações pecuniárias mensais:

1. Pensão de invalidez:

Para beneficiários do regime geral de segurança social

- Exigem registo de remunerações por três anos civis, seguidos ou interpolados;
- O processo impõe a apresentação de requerimento preenchido em modelo próprio, juntamente com a) informação clínica emitida por médico especializado, comprovando a doença que origina a incapacidade para o trabalho e b) a deliberação dos serviços de verificação de incapacidades permanentes, que ateste a

situação de incapacidade permanente ou a incapacidade de locomoção.

O processo é apresentado junto dos serviços de atendimento do Centro Distrital da Segurança Social da área de residência do beneficiário ou Centro Nacional de Pensões e na Caixa Geral de Aposentações (para os Funcionários Públicos).

2. Pensão de aposentação por invalidez:

Para Funcionários Públicos, beneficiários do regime de protecção social convergente, subscritores da Caixa Geral de Aposentações, nela inscritos a partir de 1 de Setembro de 1993:

- Exigem registo de remunerações por três anos civis, seguidos ou interpolados;
- O processo impõe a apre-

sentação de requerimento preenchido em modelo próprio, juntamente com a) informação clínica emitida por médico especializado, comprovando a doença que origina a incapacidade para o trabalho e b) a deliberação dos serviços de verificação de incapacidades permanentes, que ateste a situação de incapacidade permanente ou a incapacidade de locomoção;

- O processo é apresentado junto dos serviços de atendimento do Centro Distrital da Segurança Social da área de residência do beneficiário ou Centro Nacional de Pensões e na Caixa Geral de Aposentações (para os Funcionários Públicos).

3. Pensão social de invalidez:

Para quem não está abrangido por qualquer sistema de pro-

tecção social obrigatória, bem como para os beneficiários do regime contributivo que a) não completem o período mínimo de contribuições para acesso a pensão de invalidez ou b) cujo valor mensal da pensão de invalidez seja inferior ao da pensão social;

- O processo impõe a apresentação de Requerimento preenchido em modelo próprio, juntamente com a) informação clínica emitida por médico especializado, comprovando a doença que origina a incapacidade para o trabalho e b) a deliberação dos serviços de verificação de incapacidades (decisão final da junta médica);
- O processo é apresentado junto do serviço de atendimento da Segurança Social da área de residência do beneficiário.

4. Complemento por dependência:

Atribuído a pensionistas dos regimes de segurança social que se encontrem em situação de dependência. Consideram-se em situação de dependência os pensionistas que não possam praticar com autonomia os actos indispensáveis à satisfação das necessidades básicas da vida quotidiana, nomeadamente os relativos à realização dos serviços domésticos, à locomoção e cuidados de higiene, precisando da assistência de outrem. Para

atribuição do complemento e determinação do respectivo montante consideram-se os seguintes graus de dependência:

- **1º Grau:** pessoas que não possam praticar, com autonomia, os actos indispensáveis à satisfação de necessidades básicas da vida quotidiana: actos relativos à alimentação ou locomoção ou cuidados de higiene pessoal.
- **2º Grau:** pessoas que acumulem as situações de dependência que caracterizam o 1º

grau e se encontrem acamados ou apresentem quadros de demência grave.

O processo impõe a apresentação de Requerimento preenchido em modelo próprio, juntamente com:

- a) informação médica, devidamente fundamentada e instruída, relativa à situação de dependência;
- b) declaração referente à modalidade de assistência prestada ao interessado, identificando os responsáveis e condições específicas dessa assistência;
- c) declaração de inacumulabilidade com outros complementos de natureza idêntica ou análoga (no caso dos beneficiários do regime de protecção social convergente, é referido expressamente que este complemento não é acumulável com benefícios da ADSE destinados a idêntico fim) e;
- d) declaração de inexistência de rendimentos de trabalho.

O processo deve ser apresentado junto dos serviços de atendimento do Centro Distrital da Segurança Social da área de residência do beneficiário.



Suporte legal:

- Regime Geral da Protecção nas Eventualidades Invalidez e Velhice: Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de Maio, com as alterações da do Decreto-Lei n.º 323/2009, de 24 de Dezembro e da Lei n.º 64-A/2008 de 31 de Dezembro
- Regime Jurídico do Complemento por Dependência: Decreto-Lei n.º 265/99, de 14 de Julho, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 309-A/2000 de 30 de Novembro
- Regime Especial de Protecção Social na Invalidez: Lei n.º 90/2009, de 31 de Agosto
- Regime Jurídico da Pensão Social de Invalidez: Decreto-Lei n.º 464/80, de 13 de Outubro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Lei n.º 141/91, de 10 de Abril e 18/2002, de 29 de Janeiro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril.

Os montantes do Complemento por Dependência correspondem a uma percentagem do valor da Pensão Social e variam escalonados de acordo com o grau de dependência, do seguinte modo:

Pensionistas do Regime Geral:	Pensionistas do Regime Especial das Actividades Agrícolas, do Regime Não Contributivo e Regimes Equiparados:
50% do montante da Pensão Social em situação de dependência do 1.º grau	45% do montante da Pensão Social em situação de dependência do 1.º grau
90% do montante da Pensão Social em situação de dependência do 2.º grau	85% do montante da Pensão Social em situação de dependência do 2.º grau



Protecção a crianças e jovens deficientes

No pressuposto de que as crianças e jovens aqui em causa se encontram a cargo do beneficiário do regime de protecção social, preenchidas que sejam as condições gerais, os períodos de carência e os requisitos de atribuição das prestações, a protecção social a crianças e jovens deficientes pode traduzir-se nos benefícios a seguir indicados:

1. Abono de família

As crianças e jovens deficientes têm direito a receber abono de família até aos 24 anos, tendo direito a uma bonificação – fixada periodicamente e modulada em função da idade da criança ou do jovem – que acresce ao valor do abono, desde que por motivo de perda ou anomalia congénita ou adquirida da estrutura ou função psicológica, intelectual, fisiológica ou anatómica (i) necessitem de apoio individualizado pedagógico e/ou

terapêutico específico, adequado à natureza e características da deficiência de que sejam portadores, como meio de impedir o seu agravamento, anular ou atenuar os seus efeitos e permitir a sua plena integração social ou (ii) frequentemente, estejam internados ou estejam em condições de frequência ou internamento em estabelecimento especializado de reabilitação.

Este valor de bonificação poderá ser acrescido de uma majoração de 20%, se os titulares da bonificação estiverem inseridos em agregados familiares monoparentais.

As pessoas deficientes – descendentes de beneficiários dos regimes contributivos –, que tenham mais de 24 anos, podem beneficiar de um subsídio mensal vitalício, desde que sejam portadores de deficiência de natureza física, orgânica, sensorial, motora ou mental que os

impossibilita de assegurar a sua subsistência através do exercício de uma actividade profissional.

Este benefício pode ser requerido junto dos serviços de atendimento da Segurança Social no prazo de 6 meses a contar da data em que se verificar a deficiência de modo a receber com efeitos a essa mesma data (os pedidos posteriores a este prazo, em princípio, não serão indeferidos, mas apenas produzem efeitos no mês seguinte à apresentação do pedido).

2. Subsídio por assistência de 3ª pessoa

É atribuído à pessoa portadora de deficiência que:

- Seja descendente de titular do abono de família, com bonificação por deficiência ou titulares de subsídio mensal vitalício;
- Estejam em situação de dependência, não podendo – por motivos exclusivamente relacionados com a deficiência – praticar com autonomia os actos indispensáveis às suas necessidades básicas;
- Careçam e tenham efectiva assistência permanente de 3ª

pessoa (pelo menos, durante 6 horas diárias).

Ficam excluídas as situações em que o deficiente beneficie de assistência permanente prestada em estabelecimentos de saúde ou de apoio social, oficial ou particular sem fins lucrativos, financiados pelo Estado ou por outras pessoas colectivas de direito público ou de direito privado e utilidade pública.

Este benefício pode ser requerido junto dos serviços de atendimento da Segurança Social no prazo de 6 meses a contar da data em que se verificar a deficiência de modo a receber com efeitos a essa mesma data (os pedidos posteriores a este prazo, em princípio, não serão indeferidos, mas apenas produzem efeitos no mês seguinte à apresentação do pedido).

3. Subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial

É atribuído a crianças e jovens que possuam comprovada redução permanente de capacidade física, motora, orgânica, sensorial ou intelectual e, com idade inferior a 24 anos, que se encontrem numa das seguintes situações:

- Frequentem estabelecimentos de educação especial, reconhecidos como tal pelo Ministério da Educação, que impliquem o pagamento de mensalidade;
- Serem portadores de deficiência que, embora não exigindo, por si, ensino especial, requeiram apoio individual por professor especializado;
- Necessitem de frequentar estabelecimento particular de ensino regular, após frequência de ensino especial por não poderem ou deverem transitar para estabelecimentos oficiais ou, tendo transitado, necessitem de apoio individual por professor especializado;
- Frequentem creche ou jardim-de-infância normal, como meio específico de superar a deficiência e de obter, mais rapidamente, a integração social.

Este benefício deve ser requerido até ao mês anterior ao do início do ano lectivo, ou no decurso do ano lectivo em caso de verificação posterior de deficiência, conhecimento de vaga em estabelecimento de ensino ou outro motivo válido.

Aos alunos deficientes que frequentem estabelecimentos de ensino oficiais ou particulares e cooperativos com contrato de associação e paralelismo pedagógicos e instituições de apoio especiais com acordo com as entidades públicas, pode ainda ser aplicável o regime de apoio social escolar, traduzido em ajudas de transporte (para o estabelecimento de ensino, para classes de apoio e para consultas médicas), despesas de alojamento, material específico, participação em despesas com refeições e seguro escolar.

SupORTE legal:

- Regime de protecção na eventualidade de encargos familiares: Decreto-Lei n.º 176/2003, de 2 de Agosto, com as alterações do Decreto-Lei n.º 41/2006, de 21 de Fevereiro e do Decreto-Lei n.º 201/2009, de 28 de Agosto (altera Decreto-Lei n.º 176/2003);
- Regime jurídico das prestações familiares (aplicável ao regime contributivo): Decreto-Lei n.º 133-B/97 de 30 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 341/99 de 25 de Agosto;
- Regime jurídico das prestações familiares (aplicável ao regime não contributivo): Decreto-Lei n.º 133-C/97 de 30 de Maio, com as alterações do Decreto-Lei n.º 341/99 de 25 de Agosto
Apoio Escolar: Decreto Regulamentar n.º 14/81, de 07 de Abril, com as alterações do Decreto Regulamentar n.º 19/98, de 14 de Agosto e Portaria 263/85, de 9 de Maio

BENEFÍCIOS FISCAIS

IRS - Rendimento de pessoas singulares

Os deficientes portadores de deficiência com um grau de incapacidade permanente igual ou superior a 60%, gozam das seguintes condições em sede de IRS:

Rendimento colectável

- O Orçamento de Estado para 2011 manteve (ainda que transitoriamente, tal como se estabeleceu para os rendimentos de 2010) a isenção de tributação de 10% dos rendimentos brutos auferidos em cada uma das categorias A (trabalho dependente), B

(trabalho independente) e H (pensões), apenas considerando, para efeitos de IRS, 90% dos rendimentos auferidos. Contudo, a parte do rendimento excluída de tributação não pode exceder € 2500, por cada categoria de rendimentos.

Deduções à Colecta

- 4 vezes o valor do indexante dos apoios sociais ("IAS"), por cada sujeito passivo com deficiência.
- 1,5 vezes o valor do IAS, por

cada dependente com deficiência (bem como por cada ascendente com deficiência que viva efectivamente em comunhão de habitação com o sujeito passivo e não aufera rendimento superior à pensão mínima do regime geral). Nos casos em que o sujeito passivo ou o dependente tenha um grau de invalidez permanente igual ou superior a 90% é dedutível à colecta, a título de despesa para acompanhamento, uma importância igual a quatro vezes o valor do IAS, sendo cumulativa com as anteriores.

- 30% da totalidade das despesas efectuadas com a educação e a reabilitação do sujeito passivo ou dependentes com deficiência.
- 25% da totalidade dos prémios de seguros de vida ou contribuições pagas a associações mutualistas que garantam exclusivamente os riscos de morte, invalidez ou reforma por velhice. No caso de contribuições pagas para reforma por velhice a dedução depende de o benefício ser garantido, após os 55 anos de idade e cinco anos de duração do contrato,

IVA - Imposto sobre o valor acrescentado

ser pago por aquele ou por terceiros, e desde que, neste caso, tenham sido comprovadamente tributados como rendimento do sujeito passivo, com o limite de € 65, tratando-se de sujeitos passivos não casados ou separados judicialmente de pessoas e bens, ou de € 130, tratando-se de sujeitos passivos casados e não separados judicialmente de pessoas e bens (a dedução não pode exceder 15% da colecta de IRS).

- 25% dos encargos com lares e residências autónomas para pessoas com deficiência, seus dependentes, ascendentes e colaterais até ao 3.º grau (que não possuam rendimentos superiores à retribuição mínima mensal), com o limite de 85 % do valor do IAS (esta dedução à colecta está sujeita aos limites constantes da tabela prevista no n.º 7 do artigo 78.º do Código do IRS – limites máximos de dedução à colecta).

Importa salientar que, até que o valor do IAS (€ 419,22) atinja

o valor da retribuição mínima mensal garantida em vigor para o ano de 2010 (€ 475,00), mantém-se aplicável este último valor para efeitos do cálculo das deduções à colecta em sede de IRS.

Suporte legal:

- Código do IRS: Decreto-Lei n.º 442-A/88, de 30 de Novembro com sucessivas alterações, a última das quais promovida pela Lei n.º 49/2011, de 7 de Setembro;
- Orçamento de Estado para 2011: Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro

Estão isentas do pagamento de IVA as importações de triciclos, cadeiras de rodas, com ou sem motor, automóveis ligeiros de passageiros ou mistos para uso próprio das pessoas com deficiência. Contudo, a alienação destes bens antes de decorridos cinco anos sobre a data de aquisição ou de importação, pressupõe o pagamento do imposto correspondente ao preço de venda que não pode ser inferior ao que resulta da aplicação ao preço do veículo novo à data de venda, com exclusão do IVA, das percentagens referidas no n.º 2 do artigo 3.º-A do Decreto-Lei n.º 143/86, de 16 de Junho.

São sujeitas a IVA à taxa reduzida de 6%:

- as operações de transmissão – em território português - de aparelhos ortopédicos, cintas médico-cirúrgicas e meias medicinais, cadeiras de rodas e veículos semelhantes, accionados manualmente ou por motor, para deficientes, aparelhos, artefactos e demais material de prótese ou compensação

destinados a substituir, no todo ou em parte, qualquer membro ou órgão do corpo humano ou a tratamento de fracturas e as lentes para correcção de vista, bem como calçado ortopédico, desde que prescrito por receita médica;

- os utensílios e quaisquer aparelhos ou objectos especificamente concebidos para utilização por pessoas com deficiência, desde que constem da lista aprovada pelo Despacho Conjunto n.º 26026/2006, de 22 de Dezembro, dos Ministros das Finanças e da Administração Pública, da Solidariedade e Segurança Social e da Saúde.

Suporte legal:

- Código do IVA: Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de Dezembro com sucessivas alterações, a última das quais promovida pelo Decreto-Lei n.º 134/2010, de 27 de Dezembro.

Imposto sobre veículos

Estão isentos do pagamento deste imposto, os veículos destinados:

- ao uso próprio de pessoas maiores de 18 anos e com deficiência motora (com limitação funcional de carácter permanente, de grau igual ou superior a 60%);
- ao uso de pessoas, qualquer que seja a respectiva idade, com multideficiência profunda (com um grau de incapacidade igual ou superior a 90%);
- ao uso de pessoas com deficiência motora que se movam exclusivamente apoiadas em cadeiras de rodas, qualquer que seja a respectiva idade;
- ao uso de pessoas com deficiência visual (alteração permanente no domínio da visão de 95%).

A isenção é válida apenas para os veículos que possuam nível de emissão de CO (índice 2) até 160 g/km [o limite referido do

nível de emissão de CO (índice 2) não é aplicável aos veículos especialmente adaptados ao transporte de pessoas com deficiência que se movam apoiadas em cadeira de rodas, sendo as emissões aumentadas para 180 g/km, quando, por imposição da declaração de incapacidade, o veículo a adquirir deva possuir mudanças automáticas].

A isenção está limitada ao montante de 7.800 euros.

A isenção não é automática, ficando dependente de reconhecimento pela Direcção-Geral das Alfândegas e dos Impostos Especiais sobre o Consumo, à qual deve ser remetido o pedido de isenção, acompanhado da declaração de incapacidade permanente, emitida há menos de 5 anos.

Suporte legal:

- Código do Imposto sobre Veículos e Código do Imposto Único de Circulação: Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho (Anexo I), com sucessivas alterações, a última das quais promovida pelo Orçamento de Estado para 2011.

Imposto único de circulação

Estão isentos do pagamento deste imposto as pessoas com deficiência cujo grau de incapacidade seja igual ou superior a 60% em relação a veículos das categorias A, B e E.

Esta isenção só pode ser usufruída, por cada beneficiário, em relação a um veículo e é reconhecida, anualmente, em qualquer Serviço de Finanças (excepto se o contribuinte tiver feito prova da sua situação, para outros efeitos fiscais, há menos de dois anos).

Suporte legal:

- Código do Imposto sobre Veículos e Código do Imposto Único de Circulação: Lei n.º 22-A/2007, de 29 de Junho (Anexo I), com sucessivas alterações, a última das quais promovida pelo Orçamento de Estado para 2011.





OUTROS BENEFÍCIOS

Crédito Habitação

O doente oncológico com um grau de incapacidade igual ou superior a 60% tem direito a condições especiais na prestação da casa ao banco. Deverá deslocar-se à instituição bancária com uma fotocópia do atestado médico (juntamente com o original) e pedir a alteração da conta. Atenção, se tiver um crédito bonificado por vezes não compensa a alteração da conta.

Crédito para aquisição ou construção de habitação própria permanente

Os deficientes - com grau de incapacidade igual ou superior a 60% - beneficiam de condições especiais de crédito, com um esquema de juros de crédito idêntico ao que vigora para os trabalhadores das instituições de crédito quando tais montantes se destinem à aquisição ou construção de habitação própria permanente.

Actualmente, as condições de empréstimo para aquisição ou

construção de habitação própria aplicáveis aos trabalhadores das instituições de crédito, ao abrigo do respectivo Acordo Colectivo de Trabalho Vertical (ACTV), estabelece uma taxa de juro que representa 65% da taxa de referência, fixando-se o montante máximo de financiamento em cerca de € 180.426,40 – não podendo, em qualquer caso, exceder 90% do valor da aquisição/despesa de construção - e um prazo de 35 anos para liquidação do empréstimo.

O Estado suporta, perante as instituições de crédito mutuan-

tes, o valor da diferença entre os juros em questão e os juros que seriam devidos naquela operação, em condições normais de mercado.

Suporte legal:

- Direito à aquisição ou construção de habitação própria aos deficientes civis e aos deficientes das Forças Armadas: Decreto-Lei n.º 230/80 de 16 de Julho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 541/80 de 10 de Novembro (estende aos deficientes civis a protecção conferida a este respeito para os deficientes das Forças Armadas, estabelecida no Decreto-Lei n.º 43/76, de 20 de Janeiro);
- Participação do Estado: Decreto-Lei n.º 98/86, de 17 de Maio

Arrendamento

De acordo com o Novo Regime do Arrendamento Urbano, nos arrendamentos habitacionais, a actualização da renda é faseada ao longo de dez anos, se o arrendatário invocar que o *rendimento anual bruto corrigido (RABC) do seu agregado familiar é inferior a cinco retribuições mínimas nacionais anuais (RMNA)*, ou que tem idade igual ou supe-

rior a 65 anos ou deficiência com grau comprovado de incapacidade superior a 60%.

Suporte legal:

- Novo Regime do Arrendamento Urbano: Lei 6/2006, de 27 Fevereiro



Medidas de estímulo ao emprego

Redução da taxa contributiva a cargo da entidade empregadora

Desde que:

- Seja contratado deficiente com capacidade de trabalho inferior a 80% da capacidade normal exigida a um trabalhador não deficiente no mesmo posto de trabalho;
- Seja celebrado um contrato de trabalho sem termo;
- A Entidade Empregadora tenha a sua situação contributiva regularizada, e;
- Seja requerido o benefício da redução, em modelo próprio e em conjunto com a) um atestado médico de incapacidade multiuso – emitido pelos serviços de saúde ou pelos serviços do Instituto do Emprego e da Formação Profissional e com

b) uma cópia autenticada do contrato de trabalho.

Suporte legal:

- Redução de contribuições devidas pelo emprego de deficientes: Decreto-Lei n.º 299/86, de 19 de Setembro, com as alterações do Decreto-Lei n.º 125/91 de 21 de Março
- Taxas Contributivas - os trabalhadores deficientes em pré-reforma: Despacho n.º 36/SESS/93, de 25 de Maio

Incentivos especiais

Com vista à integração no mercado de trabalho de pessoas com deficiências, incapacidades e capacidades de trabalho reduzidas (inferior a 90% face a um trabalhador comum nas mesmas funções) foram definidas medidas especiais de concessão de apoio técnico e financeiro para desenvolvimento das políticas de emprego e apoio à respectiva qualificação. Estas medidas concretizam-se, fundamentalmente, através de apoios materiais e/ou financeiros, concedidos quer às pessoas deficientes, quer às entidades envolvidas (designadamente promotores e empregadores), com os seguintes objectivos:

- **Apoio à qualificação:** acções de formação profissional inicial e contínua;
- **Apoio à integração, manutenção e reintegração no mercado de trabalho:** no qual se incluem as modalidades de (i) informação, avaliação e orientação para a qualificação e emprego; (ii) apoio à coloca-

ção de pessoas inscritas nos Centros de Emprego; (iii) acompanhamento pós-colocação; (iv) adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitectónicas;

- **Apoio ao emprego:** através de (i) estágios de inserção; (ii) contratos de emprego-inserção; (iii) centros de emprego protegido; (iv) contratos de emprego apoiado em entidades empregadoras, designadamente sob a forma de enclaves.

É ainda instituído um prémio anual de mérito, a atribuir quer às pessoas com deficiência e incapacidades que se distingam na criação do próprio emprego, quer às entidades que em cada ano se distingam na integração profissional das pessoas com deficiência e incapacidades.

Suporte legal:

- Programa de Emprego e apoio à Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades: Decreto-Lei n.º 290/2009, de 12 de Outubro

Este documento pretende ser uma breve e não exaustiva informação de apoio aos doentes oncológicos, tendo por base a legislação aplicável em Portugal em Setembro de 2011.

Salienta-se, contudo, ser expectável que o conteúdo deste documento possa sofrer alterações e constrangimentos vários em função das medidas a adoptar pelo Governo Português ao abrigo do Memorando de Entendimento sobre as Condições de Política Económica (o designado “*Memorando da Troika*”).

Neste sentido, sublinhe-se que, ao abrigo do referido Memorando de Entendimento, o Estado Português assumiu já a obrigação de efectuar substanciais revisões em distintas matérias de diferentes áreas (económica, financeira e social, incluindo de saúde), podendo prever-se desde já alterações significativas em matéria de preços e participações de medicamentos, categorias de isenção de taxas moderadoras, pensões, entre outras.

Contactos:

Liga Portuguesa Contra o Cancro

Av. Columbano Bordalo Pinheiro nº 57-3ºF
1070-061 Lisboa
www.ligacontracancro.pt

AstraZeneca - Produtos Farmacêuticos, Lda

Rua Humberto Madeira 7, Queluz de Baixo
2730-097 Barcarena
www.astrazeneca.pt

Com o apoio:

AstraZeneca 


LIGA PORTUGUESA
CONTRA O CANCRO